

O
PARAHYBANO

23 DE JANEIRO
DE 1892

O PARAHYBANO

ORÇÃO DO POVO

ANNO I

Assignatura

CAPITAL

Por mez. \$5000
Folha avulsa. 100
Pagamento adiantado

PARAHYBA DO NORTE

SABBADO 23 DE JANEIRO DE 1892

Assignatura

INTERIOREESTADOS

Por trimestre. \$5000
Editaes e apedido al. 100
Annuncio idem 60 rs.

N. 8

«OPARAHYBANO» PUBLICA-SE AS
TERÇAS, QUINTAS E SABBADOS.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA GO-

VERNATIVA

Decreto n.º 3

A junta governativa deste Estado tendo visto e examinado a reclamação que lhe fizeram varios escrivães e tabelliães vitalícios que foram privados de seus respectivos officios pelo ex-governador do Estado em virtude da organização judiciaria or elle ultimamente decretada;

Attendendo que todos os escrivães e tabelliães providos vitaliciamente em virtude das leis que regiam os respectivos provimentos, entre as quaes sobrelevam-se a de 11 de Outubro de 1827, de 3 de Novembro de 1830, com fundamento nas antigas ordens, não podiam ser privados de seus officios, sinão pelos meios regulares estabelecidos na legislação do Paiz;

Attendendo que semelhante proposição, longe de ser repellido pelo actual regimen politico, e por elle corroborada, porquanto na proclamação do governo provisório se fez ver que ficavam garantidos os direitos adquiridos e respeitados os direitos dos funcionarios, e que o legislador constituinte em homenagem e perfeita cohesão aos principios exarados na alludida proclamação estatuiu no art. 74 da constituição federal «que as patentes, os postos e os cargos inamovíveis ficavam garantidos em toda sua plenitude»;

Attendendo que por maior elasterio que se queira outorgar a forma republicana federativa, a autonomia dos Estados tem seus limites, determinando a constituição federal no art. 63 «que os Estados se devem reger pelas leis que adoptarem, respeitados os principios constitucionaes da União e que não é licito a nenhum delles fazer leis retroactivas, constituição federal, § 3.º art. 11, e que sendo privados de seus officios, como foram, os serventuarios vitalícios da justiça, conculcadas ficaram todas as precitadas disposições constitucionaes»;

Attendendo que muitos desses funcionarios adquiriram os respectivos officios em virtude da prelação que lhes foi dada pelo decreto n.º 3371 de 7 de janeiro de 1865 e que constitue um compromisso de honra da nação o qual como todos dessa natureza foram acatados pela revolução de 15 de novembro, e que não é decente attentar contra qualquer compensação que a patria confere aos filhos que lhe tributam sua propria existencia quando, por mais honras e recompensas que a patria lhes confira, são sempre exiguos em fazção da grandeza do sacrificio, e que proclamado o novo regimen pelo exercito e a mada em nome da nação não é possível suppôr-se que attentos os brios e a genero-

sidade daquellas corporações quizessem assim concorrer para obliterar os direitos de seus antigos companheiros d'armas, que juntamente fizeram tremular radiante de gloria a bandeira nacional sobre as ameias dos inimigos;

DECRETA

Art. 1.º Ficam sem effeito todos as nomeações dos serventuarios de justiça, feitas pelo ex-governador deste Estado em virtude do decreto n.º 63 de 30 de setembro ultimo, e desde já, independente de qualquer formalidade, reintegrados os serventuarios vitalícios em todos os officios que exerciam anteriormente ao citado decreto; e bem assim os successores que foram dados aos serventuarios que se impossibilitaram.

Art. 2.º Enquanto pelo poder legislativo não for determinado o contrario, fica em vigor o regulamento que baixou com o decreto n.º 9420 de 28 de abril de 1885. Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado do Parahyba do Norte em 21 de janeiro de 1892.

Claudio do Amaral Savaget

Presidente

Eugenio Toscano de Brito

Joaquim Fernandes de Carvalho

Decreto n.º 4

A JUNTA GOVERNATIVA DO ESTADO DO PARAHYBA DO NORTE

DECRETA:

Artigo unico—Fica revogado o decreto n.º 43 de 23 de outubro de 1891 que desligou do termo de Mamanguape e annexou ao de Guarabira o territorio da subdelegacia de Aracagy, bem como, o decreto n.º 10 de 19 de Março do mesmo anno na parte que desmembra o territorio do termo de Mamanguape e o annexou ao de Santa Rita, ficando o territorio d'aquelle termo e comarca o mesmo que era antes da promulgados os citados decretos, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado do Parahyba do Norte, em 21 de janeiro de 1892.

Claudio do Amaral Savaget

Eugenio Toscano de Brito

Joaquim Fernandes de Carvalho

DIZ 19

Officios:

Ao inspector do thesouro do Estado, communicando, para os fins convenientes, que, em data de 8 do corrente mez, o cidadão José Severino da Silveira Calafange assumiu o exercicio do cargo de juiz de direito da comarca de Umbureiro, na qualidade de presidente do conselho de intendencia do municipio respectivo, conforme participou em officio daquella data.

Ao major commandante do corpo policial, recommendando que faça abrir assentamento de praça, com destino a brigada policial da capital federal, aos indi-

viduos de nomes Antonio Florentino de Oliveira, Delfino José de Sant'Anna, Octavio Ferreira Pessoa e Manoel Marinho Falcão se, depois de inspecionados de saúde, forem julgados aptos para o serviço militar.

Ao superintendente da estrada de ferro Conde d'Eu, recommendando que, por conta do estado, faça dar passagem de 2.ª classe da estação desta capital a de Guarabira ao cadete José Joaquim de Sá Benevides.

DESPACHOS:

José Alves de Oliveira Lima—Em virtude da informação do thesouro, deferido, devendo o peticionario de xar no thesouro uma caução em dinheiro, que será arbitrada pelo respectivo inspector.

Bacharel Ignacio da Costa Brito e Joaquim Alves de Souza, Carvalho.—Pague-se, em vista da informação do thesouro.

Major commandante do corpo policial.—Informe o chefe de policia.

João Manoel da Silva.—Deferido, em vista da informação do director da instrucção publica.

D. Felismina Etelvina de Vasconcellos.—Não procede em favor da peticionaria a disposição do art. 51 dos estatutos do lyceu parahybano, ex-vi, como allega, do art. 58 do reg. n.º 33, por quanto não se trata de um caso omisso neste ultimo reg. Os professores do externato, que podem ou não ser professores do lyceu, tem apenas uma gratificação pelo excesso de trabalho, e a perdem quando licenciados. (Art. 46 do reg. n.º 33). Esta gratificação reverte em favor de seu substituto quando os professores do externato se acham impedidos ou licenciados, e certo; mas não percebendo actualmente vencimento algum os professores das cadeiras de desenho e musica, que a peticionaria requer interinamente, em virtude de offerimento feito a este governo pelos professores do estado, de leccionarem gratuitamente, e por deliberação do mesmo governo que determinou que as professoras da cadeira annexa leccionassem desenho e musica, sem direito a nenhuma outra gratificação, não tem a supplicante direito ao que allega.

Ainda não procedem as allegações da supplicante quanto a 2.ª parte do seu requerimento; por quanto, sendo a gratificação dos professores primarios proporcional ao numero de alumnos e tendo a peticionaria sido designada para leccionar interinamente a cadeira primaria do externato antes de assumir o exercicio da cadeira para que fora removida, só pode ter, como bem pensou o inspector do thesouro, direito a gratificação da professora da cadeira annexa aquelle estabelecimento, visto como é esta gratificação fixa e não nas condições das dos demais professores primarios.

O PARAHYBANO

Congresso e Magistratura

II

Já fizemos salientar a legitimidade do decreto n.º 2, expedido pela meretissima junta governativa d'este Estado.

E concluímos o nosso primeiro escripto, affirmando a proposição:—que era corollario desse acto a nullificação do decreto de

30 de setembro, e consequente dissolução da magistratura instituida pelo ex-governador Venancio Nerva.

Hoje passamos a dar mais largo desenvolvimento a este nosso modo de ver a legitima organização do Estado do Parahyba.

Antes de tudo cumpre-nos declarar, que não temos a menor animosidade ás pessoas sobre as quaes recahiu a escolha para a proposição de que propriamente chama-se entre nós o poder judiciario do Estado.

Pelo contrario, vimos entre ellas consilerar as muitas individualidades, que reputamos cheias de respeitabilidade, para poderem occupar as altas funcções de que foram investidas, se porventura não lhes faltasse outros, caracteristicos, que a lei, o bom senso, a razão e o bom desempenho do serviço publico exigem, para definirem as habilitações, que não se presuppõe, mas devem ser julgadas por provas a priori estabelecidas, para evitar-se o mais que for possível a queda em erros, que são muitas vezes irreparaveis.

Não escrevemos portanto, em odio aos individuos, mas simplesmente em consideração ao principio de ordem, que deve presidir a todas as creações complementares de uma boa instituição, garantidora do progresso, a que temos direito, a par da ordem, tranquillidade e segurança publicas.

Não ha negar: uma boa lei judiciaria somente poderia ser confeccionada depois de discutida em uma assembléa composta de legitimos representantes do povo.

Aberta a discussão nessa assembléa, teria immediatamente echo na opinião publica, que se faria representar pela grande tribuna de sua manifestação—a imprensa.

E então teriamos uma lei, re-

não perfeita, pelo menos expurgada dos erros, lacunas, e defecividade, que se encontram no decreto de 30 de setembro, elaborado nas trevas de um gabinete, onde somente alumiaava o facho dos interesses particulares em jogo nessa cruzada de pretenções, que servirão de molde a essa esdruxula organização judiciaria.

Já fizemos sentir no primeiro artigo a incompetencia do poder de onde emanou esse regulamento, cuja nullificação se impõe como a mais palpitante necessidade do momento historico que atravessamos.

E, se o cidadão se poder foi tade popular soberana na de 27 de não sómer ridade qu timament por se h do grand

nal de 3 de novembro de ou a queda do marechal do- doro da Fonseca, para ser substituido pelos homens da legalidade, que querem a affirmação do verdadeiro governo democratico, a Republica sem o despotismo:

Se elle, exercendo funcções dictatorias, após a promulgação da constituição de agosto, se attribuiu uma faculdade, que lhe era negada pela mesma constituição, a de legislar; é manifesto que praticou um acto nullo.

Ora, de actos nulos não podem derivar-se effectos juridicos; portanto, não pôde permanecer uma magistratura, effecto juridico resultante da organização judiciaria, elaborada por um poder sem competencia para tanto.

Estabelecida esta verdade, passaremos a expender outros motivos; sobretudo, ponderosos, para a dissolução dessa magistratura, cujo provimento não tem legitimidade para ser mantida por um governo aclamado pelo povo em desespero de soffrimentos, diante dos desacertos de um outro governo sem intuição de principios, um governo odioso e odiado, em um só de eujos actos administrativos não procurou consultar o interesse geral do Estado.

Basta partir-se de um principio, que reputamos candal na materia de organização, para ver-se que o ex-governador Ve-

convicção de que nenhum governo tentado, criterioso, e que visse o bem geral de seus governados seria enveredado, como o cidadão Venancio Neiva, por essa estrada tortuosa de criação de despesas sem meios de as satisfazer.

Mas o ex-governador Venancio Neiva, contava em sua ingenuidade com o tofre federal; tanto que, segundo correu, elle pediu auxilios ao governo federal, para poder pagar a magistratura estadual, o que foi, como não podia deixar de lhe ser, negado.

Mas ainda não é tudo, e trataremos de demonstrar a luz da evidencia, que o cidadão Venancio Neiva na criação da magistratura, como em todos os actos de sua prejudicialissima administração não visou o bem estar geral, para ater-se unicamente a inconfessáveis interesses, cavando bem fundo a ruina do Estado, que o cobre de maldições, esperando tudo do governo instituido e proclamado pela opinião estadual.

Mas no orçamento existente ex-governador, a dos precisos

rvicos des-

gistratura,

ecipitada-

de uma

sivã ela-

a prom-

per per-

unica, e

otismo

acercou do pater-

patr, enancio.

Somente por esta ligei-

exposição, todo o cidadão de bom

sentir, que não se affiliou á trou-

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

pe do ex-governador, chega á

A troupe delira

A moderação, o critério, e a orientação democrática com que a patriótica junta governativa se tem guiado na administração dos publicos negocios; longe de arrefecer por parte dos homens do Estado o purido de uma opposição systemática e desacreditada, os tem levado a toda sorte de desatinos e incoherencias.

Não faltão diariamente aos pornographicos rabiscadores do pseudórgão republicano, dicterios insulsos, e grosseiras inectivas para mimosearem os illustres membros da junta governativa, que firmes nos principios expostos em seu manifesto de manter a liberdade de imprensa, têm tolerado os nojentos arregaños d'esses imortais maromies.

A vaidade presumpçosa e ridicula dos pseudos republicanos em materia politica, tem provocado a risota e o desprezo d'aquelles que, com animo desprevenido, acompanharam as evoluções politicas porque passou a Parahyba n'estes ultimos tempos.

Todos conhecem a triste historia da desastrosa olygarchia que se implantou n'este infeliz Estado com a instituição da Republica em 15 de novembro de 1889 e não ha quem ignore o passap politico do immortal Venancio Neiva, e da troupe que o cercava, composta em sua maioria de elementos gastos de antigos partidos monarchicos.

Filiado ao antigo partido conservador, era o Sr Neiva um dos seus mais humildes soldados, e forçoso nos é dizer, um

trario renovo o meu pedido. — O senhor é muito obsequioso, responde ella com a voz fraca; eu receiava abusar, mas se insiste, ficar-me-hia muito mal responder com uma recusa, que não tem motivo algum.

No fim de um momento de repouso mandaram approximar a carruagem do passeio e, amparada por duas pessoas, a moça tomou logar na carruagem, ao lado de Emmanuel, que entrou primeiro para a receber. Um rapaz, de boa vontade, tinha quasi espontaneamente e sem dizer palavra subido para a almofada! Esperava, debruçado sobre a portinhola o endereço que Emmanuel devia dar-lhe; numerosos curiosos, com o fim de verem ainda uma vez a moça ferida, approximavam-se da carruagem para examinar até que ponto estava estragada.

—Vá a passo, disse o artista ao moço cocheiro, sem soltar o braço da moça, que amparava. Avenida Montaigne n. 69.

Ordenar que fosse a passo era uma precaução inutil; o pobre cavallo, muito confundido, coxo, teria as maiores difficuldades se exigissem d'elle uma corrida, mesmo de cem metros.

O coupé pôz-se a caminho, a passo muito moderado. Estava tudo terminado; os transeuntes dividiam-se em dois grupos bem distinctos: os que continuavam o seu passeio,

dos mais passivos aos acenos dos chefes; monarchista até o dia em que chegou a noticia do advento da Republica na longiqua comarca do Catolê do Rocha, onde obscuramente exercia o cargo de juiz de direito, por obra e graça da monarchia, nunca lhe passou pela mente, que o acaso, e tão somente o acaso, o elevasse ao cargo de governador do Estado, quando o paiz acabava de passar por uma grande transformação politica.

Acceptando a Republica como um facto consummado, e visando os interesses de sua desconhecida prole, tratou de organizar e monstruosa olygarchia, a que deo nome de politica republicana, alijando por essa occasião todo e qualquer elemento, que lhe podesse no futuro, empecilhar os tenebrosos emachiavellicos planos de conquista, e chamando as posições officias a ignara troupe sem crenças, sem ideias politicas, e que por uma lei toda natural resentia-se do peccado do seu immortal creador.

Convenção-se, pois, os pseudos republicanos do «Estado» que não passão de uns inconscientes adhesistas de todas as crendas politicas; hontem monarchistas, seguindo um ou outro dos antigos partidos, conforme os sordidos interesses que visavam; hoje republicanos deodoristas ou floriantistas, afim de impolgarem as posições officias, em detrimento das verdadeiras e sinceras democratas.

A petulancia com que se apresentão em publico, dizendo-se republicanos historicos, é mais um escarneo atirado as fa-

ou tratavam dos seus negocios, e os que, mais assíduos e com menos pressa, acompanhavam o carro até certa distancia. Os policiaes continuavam o seu serviço na calçada, guardando no bolso do capote a cartelinhã onde tinham tomado notas do accidente, e as carruagens circulavam mais levemente.

Uma hora depois a avenida tinha retomado a sua animação habitual; apenas aqui e alli formavam-se alguns grupos, para ouvirem de uma testemunha occular a narração do caso.

Durante o trajecto, Emmanuel sem fatigar muito, trocava algumas palavras com a moça.

—Finalmente, minha Sra., escapou de um grande perigo, mas graças a Deus está salva.

—E graças ao Sr. que tanta bondade teve para com nigo.

—Oh! não falle de mim, sou completamente estranho ao caso; apenas fiz o meu dever.

—Estou confundida, e realmente não sei como manifestar-lhe o meu reconhecimento!

Medido pelos serviços prestados, será muito pequeno. A sorte atirou-se sobre o seu caminho no momento d'aquelle terrivel accidente; não devia eu fazer o que fiz? No meu logar qualquer homem de educação faria o mesmo. Pouco a pouco, com os solavancos da carruagem, a moça tinha se desprendido dos braços de Emmanuel

ces dos nossos co-estadanos, que durante dous longos annos aturaram tão ridiculos saltimbancos politicos.

Não cabe aos dignos membros da junta governativa a pecha de monarchistas e muito menos a de sectarios do restauracionismo, pois os actos até a qui praticados por tão illustre triumvirato, têm sido pautados pelo mais acrisolado patriotismo, e pelos principios os mais democratas.

Fiquem convencidos os falsos adeptos da democracia, que a patriótica e illustrada junta governativa, não quer fazer republica de familia, não pretende levantar olygarchias, de seja apenas restituir a esta pobre terra a sua prosperidade e adiantamento, escolhendo para auxiliá-la n'esta ingente obra de nossa regeneração os elementos puros da sociedade parahybana.

Escrevíveis e tabelliaes

Na secção competente publicamos um decreto da illustrada junta governativa do Estado, mandando voltar a seus antigos lugares os escrevíveis e tabelliaes, violentamente esbulhados de seus direitos pelo prepotente ex-governador.

E' mais um acto de justiça da digna junta e que merece os applausos da população parahybana.

Hennessia de Inquerito

Pelo delegado do 1.º districto d'esta capital, foi remetido ao dr. juiz de direito da 1.ª vara os autos de inquerito sobre o arrombamento praticado na porta da casa em que reside o cidadão Antonio Miguel Pinto Ribeiro, na noite de 28 do mez passado, pela força policial, sob as ordens de seu ex-commandante.

para recostar-se no canto do coupé, com a cabeça ligeiramente reclinada para traz, os olhos semi-fechados, a boca com um ar de riso deixava, emoldurada nos labios rosados, duas ordens de dentes mais alvos que o marfim. Os cabellos bastos, sedosos, de um louro dourado, cahi-m-lhe em desordem sobre o corpete meio aberto; a mão delgada descansava naturalmente sobre os joelhos, enquanto Emmanuel retinha a outra entre as suas, como para proteger a sua joven companheira dos abalos muito violentos, produzidos pelas desigualdades do terreno.

Como estava admiravel n'aquella posição negligente, abandonada! Emmanuel, reprimido a respiração, estava extasiado! Não! nunca tinha visto em sua vida um modelo tão bello, tão esplendido! Oh! quanto daria n'aquelle momento para ter alli um pincel e uma palheta!

O metal da sua voz era meigo, argentino, e, quando d'aquella bocca delicada sahia uma palavra, Emmanuel estre-mecia, balbuciava uma resposta sempre curta; e quando o olhar dos seus olhos azues encontravam o d'elle, era como um fluido electrico que percorria-lho o corpo em todos os sentidos, como um calefrio que lhe agitava os membros. (Continúa)

Contra-manifesto

A condição primeira e imprescindível de todo manifesto é que elle seja feito sob a impulsão moral da consciencia; e a sua profunda sinceridade. Sem essa condição essencial, sem a intima convicção da verdade não ha protesto que possa calar na opinião publica, mas apenas uma irrisoria manifestação de despeito.

O soi-disant congresso constituinte do Estado que, a bem dos interesses publicos, acaba de ser dissolvido pela patriótica junta governativa, não poderia fazer maior fiasco, do que publicar um manifesto perante o povo, quando foi justamente em nome do povo, ludibriados indignado e atarhiçado, que aquella corporação foi destituida de uma função publica que nem lhe foi cometida pelo corpo eleitoral, nem a sua conducta legitimou.

A abstenção da grande e considerabilissima maioria, para não dizer da quasi totalidade do electorado no impudente simulacro de eleição de 25 de abril, é um facto que repousa na consciencia publica.

Basta termos presente que houve secções eleitoraes onde apenas compareceram as massas das servilissimas creaturas das intendencias, e onde, entretanto, se sommaram dezenas de votos, que mais tarde foram apuradas em centenas, graças a falibilidade da arithmetica official dos pro-consules da dictadura.

A eleição de 15 de setembro escandalizou a nação; a de 25 de abril esteve abaixo do desprezo publico. Na primeira houve violencias e fraudes; na segunda somente fraudes que não p ovocaram vindictas, mas que inspiraram desprezo. Em ambas porém, se attentou flagrante e impunemente contra o direito do voto, contra a manifestação politica do povo, que hoje inflige o merecido castigo aos seus pseudos mandatarios.

Falsa e illegitimamente electos, os chamados congressistas do Estado, longe de rehabilitarem-se perante o electorado, trazendo uma linha de conducta que os identificasse com o povo e os recomendasse á estima publica, antes, pelo contrario, mostraram-se instrumentos doces da prepotencia official, e, depois de elegerem tumultuaria e preconstitucionalmente para o cargo de governador aquelle que os havia designado, decretaram uma lei fundamental manca, sem solida structura organica, arre-medo servil das menos perfeitas, acabando por alheiar, delegar ou depôr discricionariamente nas mãos do elitissimo a função legislativa ordinaria, preciamamente quando, pelos motivos contraproducentes allegados, o Estado mais carecia de finanças, inspecção e reforma no serviço publico.

Quem tão impoliticamente abdica funções publicas emanadas de uma delegação directa, ainda que legitima fosse essa delegação, e isso justamente quando o Estado mais precisa dos serviços de todos os cidadãos, annulla-se, exauctorá-seasi proprio e inhabilita-se para nova investidura.

O congresso não foi morto; suicidou-se desde o dia em que se aniquilou, entregando-se e sujeitando-se á tutela governamental do sr. Venancio Neiva. E tudo isso pelo apego ás posições, pelo interesse sordido e servil da gorgeta official: omnia serviliter pro dominatione!

Em tais condições a dissolução de semelhante conventículo foi, antes de tudo, um acto de moralidade politica e de pois a remoção de um obstáculo á reconstituição do Estado, um relevante serviço á causa publica, além de uma sequencia necessaria, um corollario immutável da deposição de um reulo da baixa extracção.

Em vez de um manifesto inco-sistente e alvar, o congresso dissolvido deveria ter agido a favor da digna junta governativa o tel-o livra do impedimento final, como a nós as honras funebres do momento.

Que pressa!

Tenham paciencia os Zezinhos do Estado que tudo se fará a seu tempo.

O relatório sobre a colonia Puchiv, de cujo exame foram encarregados os dignos empregados do Thesouro, Luiz Araujo de Vasconcellos e José de Oliveira Lima, tem a data de 18 e foi remetido á junta governativa a 20, em officio do inspettor do Thesouro, de 10, tu do do corrente. Como, pois, exigir já a sua publicação? Em tempo oportuno ella se fará; tenham paciencia.

O Zezinho

O Zezinho tem feito synalepha no Estado! E' pena! era com tanto gosto que assistiamos o spernear do menino nos i-nedicionarios do órgão neivino, que já nos vae fazendo falta aquelle espinhar de arlequin em praça publica!

Pois se elle o interesse que ultimamente desperta o «Estado»! Sem o Zezinho, o do Pilar, no Estado, a folha perde a graça; e é preciso que ella torne-se li-da e procurada, e o unico capaz de semelhante Africa é o Zezinho.

Biblioteca Publica

Fol este estabelecimento frequentado hontem por 32 pessoas.

Contra-manifesto

Quem tão impoliticamente abdica funções publicas emanadas de uma delegação directa, ainda que legitima fosse essa delegação, e isso justamente quando o Estado mais precisa dos serviços de todos os cidadãos, annulla-se, exauctorá-seasi proprio e inhabilita-se para nova investidura.

O congresso não foi morto; suicidou-se desde o dia em que se aniquilou, entregando-se e sujeitando-se á tutela governamental do sr. Venancio Neiva. E tudo isso pelo apego ás posições, pelo interesse sordido e servil da gorgeta official: omnia serviliter pro dominatione!

Em tais condições a dissolução de semelhante conventículo foi, antes de tudo, um acto de moralidade politica e de pois a remoção de um obstáculo á reconstituição do Estado, um relevante serviço á causa publica, além de uma sequencia necessaria, um corollario immutável da deposição de um reulo da baixa extracção.

Em vez de um manifesto inco-sistente e alvar, o congresso dissolvido deveria ter agido a favor da digna junta governativa o tel-o livra do impedimento final, como a nós as honras funebres do momento.

Que pressa!

Tenham paciencia os Zezinhos do Estado que tudo se fará a seu tempo.

O relatório sobre a colonia Puchiv, de cujo exame foram encarregados os dignos empregados do Thesouro, Luiz Araujo de Vasconcellos e José de Oliveira Lima, tem a data de 18 e foi remetido á junta governativa a 20, em officio do inspettor do Thesouro, de 10, tu do do corrente. Como, pois, exigir já a sua publicação? Em tempo oportuno ella se fará; tenham paciencia.

O Zezinho

O Zezinho tem feito synalepha no Estado! E' pena! era com tanto gosto que assistiamos o spernear do menino nos i-nedicionarios do órgão neivino, que já nos vae fazendo falta aquelle espinhar de arlequin em praça publica!

Pois se elle o interesse que ultimamente desperta o «Estado»! Sem o Zezinho, o do Pilar, no Estado, a folha perde a graça; e é preciso que ella torne-se li-da e procurada, e o unico capaz de semelhante Africa é o Zezinho.

Biblioteca Publica

Fol este estabelecimento frequentado hontem por 32 pessoas.

Contra-manifesto

Quem tão impoliticamente abdica funções publicas emanadas de uma delegação directa, ainda que legitima fosse essa delegação, e isso justamente quando o Estado mais precisa dos serviços de todos os cidadãos, annulla-se, exauctorá-seasi proprio e inhabilita-se para nova investidura.

O congresso não foi morto; suicidou-se desde o dia em que se aniquilou, entregando-se e sujeitando-se á tutela governamental do sr. Venancio Neiva. E tudo isso pelo apego ás posições, pelo interesse sordido e servil da gorgeta official: omnia serviliter pro dominatione!

Em tais condições a dissolução de semelhante conventículo foi, antes de tudo, um acto de moralidade politica e de pois a remoção de um obstáculo á reconstituição do Estado, um relevante serviço á causa publica, além de uma sequencia necessaria, um corollario immutável da deposição de um reulo da baixa extracção.

Em vez de um manifesto inco-sistente e alvar, o congresso dissolvido deveria ter agido a favor da digna junta governativa o tel-o livra do impedimento final, como a nós as honras funebres do momento.

Que pressa!

Tenham paciencia os Zezinhos do Estado que tudo se fará a seu tempo.

O relatório sobre a colonia Puchiv, de cujo exame foram encarregados os dignos empregados do Thesouro, Luiz Araujo de Vasconcellos e José de Oliveira Lima, tem a data de 18 e foi remetido á junta governativa a 20, em officio do inspettor do Thesouro, de 10, tu do do corrente. Como, pois, exigir já a sua publicação? Em tempo oportuno ella se fará; tenham paciencia.

O Zezinho

O Zezinho tem feito synalepha no Estado! E' pena! era com tanto gosto que assistiamos o spernear do menino nos i-nedicionarios do órgão neivino, que já nos vae fazendo falta aquelle espinhar de arlequin em praça publica!

Pois se elle o interesse que ultimamente desperta o «Estado»! Sem o Zezinho, o do Pilar, no Estado, a folha perde a graça; e é preciso que ella torne-se li-da e procurada, e o unico capaz de semelhante Africa é o Zezinho.

Biblioteca Publica

Fol este estabelecimento frequentado hontem por 32 pessoas.

Contra-manifesto

Quem tão impoliticamente abdica funções publicas emanadas de uma delegação directa, ainda que legitima fosse essa delegação, e isso justamente quando o Estado mais precisa dos serviços de todos os cidadãos, annulla-se, exauctorá-seasi proprio e inhabilita-se para nova investidura.

O congresso não foi morto; suicidou-se desde o dia em que se aniquilou, entregando-se e sujeitando-se á tutela governamental do sr. Venancio Neiva. E tudo isso pelo apego ás posições, pelo interesse sordido e servil da gorgeta official: omnia serviliter pro dominatione!

Em tais condições a dissolução de semelhante conventículo foi, antes de tudo, um acto de moralidade politica e de pois a remoção de um obstáculo á reconstituição do Estado, um relevante serviço á causa publica, além de uma sequencia necessaria, um corollario immutável da deposição de um reulo da baixa extracção.

Em vez de um manifesto inco-sistente e alvar, o congresso dissolvido deveria ter agido a favor da digna junta governativa o tel-o livra do impedimento final, como a nós as honras funebres do momento.

Que pressa!

Tenham paciencia os Zezinhos do Estado que tudo se fará a seu tempo.

O relatório sobre a colonia Puchiv, de cujo exame foram encarregados os dignos empregados do Thesouro, Luiz Araujo de Vasconcellos e José de Oliveira Lima, tem a data de 18 e foi remetido á junta governativa a 20, em officio do inspettor do Thesouro, de 10, tu do do corrente. Como, pois, exigir já a sua publicação? Em tempo oportuno ella se fará; tenham paciencia.

O Zezinho

O Zezinho tem feito synalepha no Estado! E' pena! era com tanto gosto que assistiamos o spernear do menino nos i-nedicionarios do órgão neivino, que já nos vae fazendo falta aquelle espinhar de arlequin em praça publica!

Pois se elle o interesse que ultimamente desperta o «Estado»! Sem o Zezinho, o do Pilar, no Estado, a folha perde a graça; e é preciso que ella torne-se li-da e procurada, e o unico capaz de semelhante Africa é o Zezinho.

Biblioteca Publica

Fol este estabelecimento frequentado hontem por 32 pessoas.

Contra-manifesto

Quem tão impoliticamente abdica funções publicas emanadas de uma delegação directa, ainda que legitima fosse essa delegação, e isso justamente quando o Estado mais precisa dos serviços de todos os cidadãos, annulla-se, exauctorá-seasi proprio e inhabilita-se para nova investidura.

O congresso não foi morto; suicidou-se desde o dia em que se aniquilou, entregando-se e sujeitando-se á tutela governamental do sr. Venancio Neiva. E tudo isso pelo apego ás posições, pelo interesse sordido e servil da gorgeta official: omnia serviliter pro dominatione!

Em tais condições a dissolução de semelhante conventículo foi, antes de tudo, um acto de moralidade politica e de pois a remoção de um obstáculo á reconstituição do Estado, um relevante serviço á causa publica, além de uma sequencia necessaria, um corollario immutável da deposição de um reulo da baixa extracção.

Em vez de um manifesto inco-sistente e alvar, o congresso dissolvido deveria ter agido a favor da digna junta governativa o tel-o livra do impedimento final, como a nós as honras funebres do momento.

Que pressa!

Tenham paciencia os Zezinhos do Estado que tudo se fará a seu tempo.

O relatório sobre a colonia Puchiv, de cujo exame foram encarregados os dignos empregados do Thesouro, Luiz Araujo de Vasconcellos e José de Oliveira Lima, tem a data de 18 e foi remetido á junta governativa a 20, em officio do inspettor do Thesouro, de 10, tu do do corrente. Como, pois, exigir já a sua publicação? Em tempo oportuno ella se fará; tenham paciencia.

O Zezinho

O Zezinho tem feito synalepha no Estado! E' pena! era com tanto gosto que assistiamos o spernear do menino nos i-nedicionarios do órgão neivino, que já nos vae fazendo falta aquelle espinhar de arlequin em praça publica!

Pois se elle o interesse que ultimamente desperta o «Estado»! Sem o Zezinho, o do Pilar, no Estado, a folha perde a graça; e é preciso que ella torne-se li-da e procurada, e o unico capaz de semelhante Africa é o Zezinho.

Biblioteca Publica

Fol este estabelecimento frequentado hontem por 32 pessoas.

Contra-manifesto

Quem tão impoliticamente abdica funções publicas emanadas de uma delegação directa, ainda que legitima fosse essa delegação, e isso justamente quando o Estado mais precisa dos serviços de todos os cidadãos, annulla-se, exauctorá-seasi proprio e inhabilita-se para nova investidura.

O congresso não foi morto; suicidou-se desde o dia em que se aniquilou, entregando-se e sujeitando-se á tutela governamental do sr. Venancio Neiva. E tudo isso pelo apego ás posições, pelo interesse sordido e servil da gorgeta official: omnia serviliter pro dominatione!

Em tais condições a dissolução de semelhante conventículo foi, antes de tudo, um acto de moralidade politica e de pois a remoção de um obstáculo á reconstituição do Estado, um relevante serviço á causa publica, além de uma sequencia necessaria, um corollario immutável da deposição de um reulo da baixa extracção.

Em vez de um manifesto inco-sistente e alvar, o congresso dissolvido deveria ter agido a favor da digna junta governativa o tel-o livra do impedimento final, como a nós as honras funebres do momento.

Que pressa!

